

INTRODUÇÃO

Regina Leite Garcia

De 24 a 29 de julho de 1988, cerca de dois mil orientadores educacionais se reuniram no Rio de Janeiro, no X Congresso Brasileiro de Orientação Educacional — CBOE.

Este Congresso, além de pretender, como todos os Congressos de Orientação Educacional anteriores, a troca de experiências, o aprofundamento de temas ligados direta ou indiretamente à orientação, o contato com a teoria que está sendo produzida, e, portanto, a articulação teoria e prática, tinha um objetivo especial.

Em 1986, no IX Congresso, realizado em Florianópolis, SC, os orientadores haviam decidido discutir nas bases, durante os dois anos seguintes, para no Congresso de 1988 optar pela filiação ou não a uma central sindical.

Durante esses dois anos, houve encontros estaduais e regionais, além dos encontros periódicos das associações com os orientadores de cada estado. Nesses encontros, seminários, reuniões e assembléias, a discussão sobre o papel do orientador na escola e a sua condição de trabalhador da educação foi sendo aprofundada, o que possibilitou que a maioria das delegações estaduais já viesse para o X CBOE com uma posição tirada em assembléia, que representava o posicionamento coletivo. Assim, no Rio de Janeiro, os orientadores do Brasil se assumiram definitivamente como trabalhadores, e, na condição de trabalhadores, optaram pela

filiação da categoria à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

É interessante analisar a trajetória da orientação educacional e dos orientadores educacionais no Brasil para compreender as opções teórico-práticas que apontavam para a inevitabilidade da filiação à CUT.

A orientação educacional começa no Brasil vinculada, ainda que canhestamente, à questão do trabalho. Quando, em 1924, em São Paulo, o engenheiro suíço Roberto Mange cria um serviço de seleção e de orientação profissional para alunos do curso de mecânica, e quando, em 1931, também em São Paulo, Lourenço Filho, na condição de diretor do Departamento de Educação, torna oficial o Serviço Público de Orientação Educacional e Profissional, fica clara a intenção de ambas as iniciativas em responsabilizar o orientador educacional pela preparação para o trabalho. Ao orientador caberia selecionar, orientar e encaminhar aqueles que pretendiam ingressar em cursos universitários e aqueles que precisavam se profissionalizar imediatamente.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942 refere-se ao orientador educacional facilitando as escolhas profissionais, esclarecendo e aconselhando.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 refere-se à Orientação Educacional e Vocacional como ajuda ao aluno em suas escolhas.

A Lei 5.564 de 1968, embora amplie as atribuições do orientador educacional, confirma a sua responsabilidade em relação à orientação vocacional. E quando o decreto 72.846 de 1973 especifica as responsabilidades do OE, é dada grande ênfase à orientação vocacional, à sondagem de aptidões e interesses, ao papel do OE articulando a escola e o mundo fora da escola (família e comunidade e mundo de trabalho). Isto porque a Lei 5.692/71 definira o orientador educacional como responsável pela articulação escola-família-comunidade e pela preparação para o trabalho.

Não pretendo, neste momento, recuperar a história da orientação educacional no Brasil, isto porque Pimenta, Ferreti, Maia e Leite Garcia já o fizemos. Minha intenção é apenas afirmar a recorrência do tema trabalho nas práticas dos orientadores. Tampouco pretendo repetir a crítica à orientação educacional por seu papel conservador, à medida que

sua ação limitava-se a ajustar os indivíduos, primeiro à escola e, mais tarde, ao mundo do trabalho. Digamos que o orientador educacional tenha contribuído para preparar futuros operários-padrão e líderes empresariais. Lamentavelmente. O que me parece importante investigar é o fato de a orientação educacional, desde 1924, lidar direta ou indiretamente com a questão do trabalho e com a articulação escola e trabalho para, a partir dessa constatação, tentar compreender como e por que os orientadores educacionais, criados e formados para desempenhar um papel conservador, tornam-se hoje agentes de transformações nas escolas, chegando a se filiar em 1988 à CUT.

Maria Aparecida P. S. dos Santos faz importante investigação da trajetória da OE através de Encontros e Congressos, na qual identifica “dois movimentos fundamentais (na OE): o de alienação diante do contexto no qual se processa e o da ‘entrada’ neste contexto, através de tentativas de articulação com o mesmo”.

O que nos interessa é o levantamento dos conteúdos dos eventos que Maria Aparecida recupera desde 1957, ainda que no período 1957-1967 estes eventos tenham acontecido de forma esparsa, segundo a autora.

Já do temário do 1.º Seminário de Orientação Educacional, realizado em 1957, consta a Orientação Profissional e aparece a referência aos Círculos de Pais e Mestres. Estava o orientador, já nessa época, lidando com a questão do trabalho e tentando fazer a articulação escola-família.

De 1957 a 1967, embora o período não seja bem documentado, as discussões parecem ter permanecido. Os Encontros de 1968 e 1969 revelam preocupações corporativas, o que se reflete nos temas abordados e, por consequência, na criação da Federação Nacional de Orientadores Educacionais, que visava “congregar a classe em todo o país”. Percebe-se, desde os seus primórdios, um movimento entre os orientadores de organização, hoje diríamos, sindical.

O I Congresso Brasileiro de Orientação Educacional, realizado em 1970, em Brasília, revela preocupação com um trabalho científico e vincula a atuação do OE à política administrativa. Continua a luta pela definição de um papel profissional para o OE, de uma formação compatível com este papel e de uma legislação que garanta o seu espaço profissional. Os OEs se organizam e lutam para se afirmar como

profissionais e, "como a educação brasileira em geral, passam a se reorganizar no sentido de atender às novas necessidades criadas na base econômica, com vistas, cada vez mais, à integração ao capitalismo em nível mundial" (p. 53).

O Encontro de 1971 e o Congresso de 1972 dedicam-se à discussão da Lei 5.692/71. As já então 16 associações estaduais, pressionadas pelos orientadores do campo, organizam pautas que respondam à ansiedade dos orientadores em definir concretamente o seu papel na escola.

Participando pela primeira vez de um Congresso de OE, o de 1972, realizado no Rio de Janeiro, fiz uma comunicação, "A informação profissional, pré-condição para uma visão do mundo do trabalho". Naquela época, com a nossa consciência possível, e com o compromisso com a construção de uma escola de qualidade para todos, tínhamos por fundamental informar os alunos sobre as oportunidades educacionais e ocupacionais oferecidas pelas escolas de 2.º e 3.º grau e pelo mercado de trabalho. Tanto que, anualmente, fazíamos uma pesquisa de campo, levantando todas as oportunidades educacionais no âmbito do 2.º grau, sobretudo as gratuitas (começávamos a saber que os nossos alunos só podiam frequentar escolas gratuitas, começávamos a saber que nossos alunos eram pobres, começávamos a buscar formas de ajudá-los a escolher melhor, pois ainda acreditávamos que havia a possibilidade de escolher e que nos cabia ajudá-los a fazer opções mais adequadas, que lhes abrissem os caminhos da realização pessoal e profissional). Desta pesquisa, realizada com muita competência, saía anualmente a Coletânea de Informações Educacionais, que era enviada a todas as escolas da cidade do Rio de Janeiro.

Nós, como todos os orientadores educacionais, buscávamos técnicas mais adequadas (anos 70, auge do tecnicismo em educação) para sondar aptidões e interesses, para desenvolver o autoconhecimento e o conhecimento do mundo. Buscávamos o suporte teórico em Parsons, depois em Super, Roe, Holland, Crites, Ginzberg, Tiedman, O'Hara e outros. Assim como atuávamos no sentido de ajustar os indivíduos à escola e à sociedade, tentávamos ajustar a teoria, vinda sobretudo dos Estados Unidos e da França, à nossa realidade.

A busca de conhecimentos é também uma característica comum aos orientadores educacionais, desde sempre.

Quando em 1973, Lars Loffredi, o Pe. Chabassus e eu fomos ao V Congresso Mundial de Orientação Educacional e Vocacional, realizado no Canadá, trouxemos não só o conteúdo de todas as conferências, mas também o que se tornou a nova moda no Brasil: os livros de Denis Pelletier e Bujold. Traduza todas as conferências realizadas no Congresso, que foram discutidas pelos orientadores do então Estado da Guanabara. Pelletier veio ao Brasil, fez sucesso e passou a ser o guru de todos nós. Traduzimos seu livro, e junto com o grupo de orientadores que trabalhava na Secretaria de Educação, recriamos a partir das situações de experiência que ele propunha, sendo este material utilizado em todas as escolas ligadas à Secretaria de Educação. Era comum aos orientadores a busca de uma competência individual e coletiva.

Ainda então, acreditávamos que as teorias psicológicas dessem conta do processo de escolha vocacional, pois ingenuamente acreditávamos estar no indivíduo o problema da escolha (estávamos impregnados pelo ideário liberal, que afirma a igualdade de oportunidades e que, por decorrência, responsabiliza o indivíduo pelas escolhas que conduzem ao sucesso ou fracasso). Pelas mesmas razões, alguns de nós buscamos Carkhuff, e outros Bohoslawsky, uns tendendo para o behaviorismo e outros para a teoria psicanalítica.

Mas, paralelamente à busca de fundamentação teórica para uma ação mais competente em orientação vocacional, os orientadores, sobretudo os que haviam tido experiência consistente como professores, tentavam ocupar um espaço na escola, criando os Conselhos de Classe, discutindo a repetência e a evasão (tentávamos compreender por que alguns alunos não aprendiam; por que alguns alunos eram reprovados e repetiam o ano; por que alguns alunos se evadiam — o aluno era o centro de nossas reflexões... ainda acreditávamos estar nele "o problema").

O IV Encontro Nacional, realizado em 1973 em Belo Horizonte, revela a já antiga preocupação corporativista, não só em fazer valer o artigo 10 da 5.692/71 (obrigatoriedade que só seria cumprida em 1975, no recém-criado Município do Rio de Janeiro, graças à mobilização dos OEs), como em regulamentar a profissão.

Como naquela época os Encontros e Congressos de OE eram presididos por Ministros e Secretários de Educação, durante o IV Encontro foi entregue ao Ministro da Educa-

ção e Cultura, Jarbas Passarinho, um documento, com subsídios para a reformulação da profissão de orientador educacional, o que efetivamente aconteceu em 26 de setembro do mesmo ano.

A preocupação com a formação é tema dos debates-denúncias e, na formação, a questão do estágio está presente. Os OE sempre se preocuparam com a sua prática, mesmo quando ela era alienada. O domínio da teoria visava a uma atuação mais competente. Como afirma Santos, "o fundamento era que o orientador educacional se posicionasse teoricamente, e, a partir daí, se capacitasse tecnicamente para exercer uma prática eficiente" (p. 73 no or.).

Percebe-se também a preocupação permanente com a organização da categoria, visando ao seu fortalecimento. Já se fala em núcleos regionais, sendo estimulada a criação de novas associações estaduais.

O V Encontro Nacional, realizado em 1975 na Bahia, apresenta-se com um tema gerador sugestivo do movimento de busca: "A Orientação Educacional numa perspectiva de mudança". Timidamente já se fala em "estar alerta para as mudanças em processo, seja na própria sociedade, seja nas concepções científicas..." "...comprometimento com o tempo presente...". A orientação assume, neste encontro, ser seu objeto de trabalho os três grupos sociais básicos, a escola, a família e a comunidade.

E, no VI Congresso, realizado em 1976 em São Paulo, insere-se pela primeira vez como tema-gerador o currículo: "Áreas da Orientação Educacional em desenvolvimento com o currículo".

Já se fala em abordagem integrada ao plano global de escola. Currículo já é percebido como "instrumento comum de trabalho para todos quantos se integrarem no processo ensino-aprendizagem". Começa a discussão generalista ou especialista? E nas conclusões do Congresso já se considera a necessidade de "fundamentação para os diferentes modelos que poderão surgir, relacionados à abordagem aqui proposta".

Fica evidente a busca de unidade na diversidade. Delimita-se também o orientador-pedagogo, profissional da educação, privilegiando a relação professor-aluno e optando por uma abordagem centrada no aluno.

O máximo a que os orientadores chegam neste momento é interferirem nas relações interpessoais, por acreditarem que "através desse desenvolvimento de relações interpessoais na escola, realmente vamos conseguir esse clima educativo" (Loffredi, 1976).

Os orientadores já começam a sair da visão psicologizante e ideologizada com que foram formados, para tentar compreender e interferir no processo pedagógico. Buscam uma ação mais abrangente, atuando através dos professores, de todos os professores, de modo a atingir indiretamente a todos os alunos. E o "clima educativo" anuncia a ação no contexto escolar global, hoje consenso entre os orientadores

Em 1978, no V Congresso, realizado em Curitiba, volta o fechamento, numa postura corporativista, de garantia e tentativa de ampliação do mercado de trabalho para o orientador educacional. O tema gerador, "Novas perspectivas da Orientação Educacional", refere-se apenas às possibilidades de trabalho para o orientador na empresa. Mas, apesar disso, vozes se levantam para conclamar o grupo a refletir sobre as conseqüências desta opção. Surge também neste congresso, e não por acaso, um movimento pela criação de um código de ética e de um Conselho de Orientação Educacional. Uns queriam vender a alma e outros lutavam por manter a pureza do rebanho.

No final da década, começam as críticas à política de profissionalização da lei 5.692/71, ao chamado milagre brasileiro, à teoria do bolo. Os educadores começam a se posicionar em relação ao debate. A orientação educacional olha, ouve, lê, mas não participa. Era uma história de cooptação pelo Estado e de subserviência a teorias importadas que não podiam ser rompidas sem luta. Além disso, a lei 5.692/71 garantia a obrigatoriedade da orientação educacional. Por que contestá-la? Ficava complicado contestar a lei em seu espírito e reclamar o seu cumprimento no artigo 10.

As contradições se aprofundam, os conflitos se acirram, as divergências se acentuam. Assim como alguns se fecham em afirmações como: *Eu sei que existem coisas, mas prefiro não pensar sobre elas*, outros começam a buscar um novo referencial teórico que lhes possibilite compreender a sociedade concreta na qual vivem, a relação entre a escola e a sociedade e, neste contexto, se perceberem como profissionais.

Assim como o VI CBOE, realizado em Belo Horizonte, em 1980, representa uma tentativa de retomada do enfoque psicológico, tendência também presente em 1974, no III CBOE, realizado em Porto Alegre.

O V Encontro, realizado em 1979 em Belém, já revela a organização dos grupos mais progressistas, que começavam a se articular com os movimentos populares.

A tendência conservadora e a tendência progressista se confrontam, assim, pela primeira vez, em Belém.

O Congresso de Minas é a afirmação do psicologismo: o orientador educacional, como agente de saúde mental, preocupa-se com "o desenvolvimento da pessoa e o desenvolvimento vocacional". Carkduff e Combs são as estrelas que brilham pela última vez nos CBOE, pois daí para a frente outros temas, outros enfoques, outros autores aparecem, à medida que o grupo progressista constrói a sua hegemonia.

Já o VI Encontro, em 1977, em Goiânia, evidenciava o movimento de articulação com o contexto social mais amplo e de compromisso político com a construção de uma escola que atendesse efetivamente à maioria da população. Mas a porta de entrada da orientação educacional para o social foi a filosofia, e não a sociologia. Estão presentes no temário o ser e o dever ser, os valores socioculturais, a religião, o pensar e o fazer.

A orientação, que no VII Encontro tenta se incluir no sistema pedagógico total, confirma sua opção no VII Encontro, com um temário que trata de compreender a realidade brasileira, de inserir o orientador na dinâmica global da sociedade e que se assume como parte do processo de educação global.

De agente do sistema, é desafiado por Maria Nilde Mascellani, uma das conferencistas, "a caminhar contra o sistema vigente". Pela primeira vez há referência a classes sociais, dominação, opressão e liberdade, conceitos que daí em diante povoam as discussões, os temários de encontros e congressos, embora o movimento contrário, de vinculação ao psicologismo, continue presente entre os orientadores. O grupo conservador vai perdendo a sua capacidade de influir. Alguns abandonam a orientação educacional, outros se fecham em sua ação individual, ou por equipe, nas escolas ou nas universidades. O grupo mais progressista avança, conquistando espaço nas associações estaduais, o que vai influir na definição dos temários dos encontros estaduais e dos Congressos.

O VII CBOE, realizado em Fortaleza em 1982, tem como tema central: "O orientador educacional, agente de renovação".

O VIII CBOE, realizado em Brasília em 1984, com o tema: "Orientação Educacional: realidade brasileira", pretende redefinir a orientação educacional, a partir da revisão crítica de sua história, da análise crítica da escola concreta e da explicitação de seu papel social, no sentido da transformação.

No IX CBOE, realizado em Santa Catarina em 1986, o grupo progressista apresenta-se como postulante à direção da FENOE, há um movimento de reação que não se concretiza em uma chapa opositora, e a chapa Construção é eleita, inovando na forma e no conteúdo. Em sua plataforma o grupo apresenta dois eixos de luta — dimensão político-pedagógica e dimensão político-sindical. A nova diretoria tenta se organizar como um colegiado, as reuniões do Conselho Diretor tornam-se reuniões do Conselho de Entidades, com a presença maciça das associações estaduais (com representantes da diretoria e das bases). FENOE e associações estaduais passam a atuar articuladas com as demais entidades ligadas à educação (ANDES, CPB, ANDE, CEDES), participam do Fórum Nacional em defesa da Escola pública, participam de reuniões do INEP, da ANPEd, da SBPC, avançando em seu eixo político-pedagógico. O eixo político-sindical avança na articulação com o movimento dos demais trabalhadores. Algumas associações estaduais já vão para o X CBOE, em 1988 no Rio de Janeiro, tendo-se filiado à CUT em seus estados, outras estando filiadas às associações de funcionários públicos.

Os orientadores educacionais, que em seu processo histórico de atuação na escola trouxeram o tema TRABALHO como fio condutor do currículo, foram se reconhecendo e assumindo como trabalhadores. Os orientadores educacionais, que em seu processo histórico de atuação na escola fizeram a articulação escola-família-comunidade, foram participando dos movimentos da comunidade que circunda a escola, dos movimentos da sua categoria, dos movimentos dos trabalhadores da educação, dos movimentos da classe trabalhadora.

Do processo de participação dentro e fora da escola, do processo de construção e assunção de sua identidade de tra-

balhador da educação, do processo de engajamento na luta pela construção de uma escola pública e gratuita de qualidade para a classe trabalhadora, do processo de engajamento na luta por uma Constituição que atendesse às reivindicações da classe trabalhadora, do processo de luta pela transformação da sociedade, era inevitável a filiação à CUT.

Gestado no próprio processo de filiação à CUT, emergiu outra contradição entre os orientadores. Alguns orientadores-trabalhadores abandonaram o seu espaço específico de ação profissional — a escola. Negam assim o que os qualifica como trabalhadores: a sua condição de trabalhadores da educação.

Neste momento, vivemos na orientação educacional duas tendências: uma que privilegia o espaço sindical e outra que dá ênfase ao espaço escolar.

Entendemos que estes espaços não são excludentes, mas, ao contrário, são complementares. A luta de classes se dá na sociedade global, nela incluída a escola. Daí considerarmos que os trabalhadores da educação devam atuar tanto no espaço social mais amplo, quanto no espaço específico da escola, já que este é o seu espaço específico de ação política.

Não temos a ingenuidade de defender a escola como espaço de transformação social, porém, temos a convicção de que é possível a construção de projetos político-pedagógicos direcionados pelos interesses das classes trabalhadoras, no sentido de superação de sua condição de subalternidade.

Esta publicação é resultado desta crença.

Durante o X CBOE, como parte de sua programação, organizamos atividades de oficinas. As oficinas aconteceram por três noites consecutivas, tendo sempre os mesmos participantes e os mesmos coordenadores.

O que nos aproximava era a nossa convicção comum de que a escola é um locus a ser ocupado pelos orientadores comprometidos com a transformação da sociedade.

O que nos distinguia eram as nossas histórias diferentes, os estilos singulares de cada uma.

Porque cada uma das coordenadoras expressou de forma original o seu compromisso comum com a realização do trabalho da oficina que tinha a responsabilidade de coordenar, porque cada grupo tinha características peculiares, tivemos trabalhos diferentes no que se refere a conteúdo e forma.

A oficina n. 1 foi coordenada por Margareth Martins de Araújo, tendo como tema gerador: "O orientador e a organização dos trabalhadores".

A oficina n. 2 foi coordenada por Rosa Maria Lepak Milet, tendo como tema gerador: "A orientação educacional e a educação do filho do trabalhador e do aluno trabalhador".

A oficina n. 3 foi coordenada por Joanir Gomes de Azevedo, tendo como tema gerador: "O orientador educacional e o currículo".

A oficina n. 4 foi coordenada por Lenita Martins e o tema gerador foi: "Orientador Educacional — teoria e prática: repensando o estágio".

A oficina n. 5 foi coordenada por Maria Salonilde Ferreira e o tema gerador foi: "O orientador educacional e o processo de reprodução das classes sociais na escola".

Margareth Martins de Araújo parece ser a mais jovem do grupo. Mora e trabalha numa das zonas mais pobres e desatendidas do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. É orientadora educacional no Colégio Estadual Duque de Caxias, professora e coordenadora de área no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e trabalha na pesquisa "Alfabetização dos alunos das classes populares — ainda um desafio", financiada pelo CNPq. Após o Congresso, foi convidada e está atuando como professora de Orientação Vocacional na Universidade Santa Ursula.

Rosa Maria Lepak Milet os leitores já conhecem. Seu texto, "Uma orientação educacional que ultrapassa os muros da escola", parte de *O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais*, 4.^a ed., vem sendo lido e discutido de norte a sul neste país. É orientadora educacional na Escola Nova Holanda, situada no fundo da Baía de Guanabara, na Maré.

Quando houve a primeira eleição para diretores de escola no Rio de Janeiro, elas foram eleitas, não tenho dúvidas, pelo excelente trabalho que, como orientadoras, realizavam na escola. Cada uma das duas foi dirigir um CIEP. Com as mudanças políticas que se deram, tanto no estado como no município do Rio de Janeiro, o projeto CIEP foi esvaziado e/ou descaracterizado, e ambas se afastaram da direção, por discordarem dos novos rumos que eram dados ao trabalho.

Joanir Gomes de Azevedo foi orientadora de escola, participou de equipes técnicas de orientação educacional,

coordenando e fazendo supervisão técnica para os orientadores educacionais e trabalhou na Assessoria de Orientação Educacional da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Hoje é diretora adjunta do CIEP Jacarepaguá, na Cidade de Deus. Cidade de Deus soa como um paradoxo, pois mais parece Cidade do Diabo. Miséria, fome, desemprego, invasões políticas, guerras de grupo de traficantes de drogas, campanhas da grande imprensa financiadas pelos interesses das empresas construtoras e imobiliárias, que cobiçam a área potencialmente lucrativa. Este é o contexto no qual nossa colaboradora vem construindo um conhecimento sobre a educação para os alunos das classes subalternas.

Lenita Martins, além de fazer parte da Equipe de Orientação Educacional da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, é responsável pelo estágio supervisionado em Orientação Educacional na Faculdade Niteroiense de Educação, da Associação Educacional Plínio Leite, em Niterói. Sua experiência em orientação educacional é completa, pois já foi orientadora de escola, já coordenou uma Equipe Técnica de Orientação Educacional, hoje trabalha no nível central, além de trabalhar na formação de novos orientadores educacionais.

Maria Saloni de Ferreira é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Fez seu doutorado em Ciências da Educação na França. Foi membro do Conselho Diretor da FENOE, Federação Nacional dos Orientadores Educacionais, de 1986 a 1988. Além de dividir a coordenação dos trabalhos de oficina com uma companheira da UFRN, chamou duas alunas, uma da graduação e outra da pós-graduação, para, com ela, participarem da experiência de coordenação. Coerência entre o discurso e a prática.

Por que o título? Porque durante os três dias das oficinas do X CBOE, tivemos orientadores de todo o Brasil refletindo coletivamente sobre a sua prática, confrontando a sua prática com a teoria, avançando na construção coletiva de uma competência orientadora, condição *sine qua non* para a atualização do compromisso político dos orientadores educacionais com a construção de uma escola de qualidade para a classe trabalhadora.